

## CAMPESINATO E NEOEXTRATIVISMO EM SÃO PAULO: DINÂMICAS E CONFLITOS DA ATIVIDADE SUCROENERGÉTICA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

*Victor Marchesin Corrêa\**

*Joelson Gonçalves de Carvalho\**

\*Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, Brasil

\*\* Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Ciências Sociais, São Carlos, SP, Brasil

### Resumo

*Esta pesquisa investigou a dinâmica produtiva do agronegócio canavieiro e seus efeitos na reprodução social de grupos camponeses na Região Administrativa de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, importante território hegemônico pela cana-de-açúcar e palco de diversos conflitos agrários do estado. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes representativos para o tema em questão, além de visitas de campo e análise de dados secundários. A partir de um paradigma histórico-dialético, o objetivo deste artigo é demonstrar que, na região em questão, se localiza uma intensiva e predatória atividade neoextrativista protagonizada pelo setor sucroenergético que, em sua lógica de produção, desorganiza e dificulta a produção e reprodução social camponesa. As conclusões indicam que, ainda que fora de zonas de fronteira, há severos impactos sobre grupos camponeses locais, resultando em despossessões, concentração fundiária e conflitos de diversas ordens.*

### Palavras-chave

*Agronegócio; Setor Sucroenergético; Impactos socioambientais; Questão Agrária; Assentamentos rurais.*

## PEASANTRY AND NEOEXTRACTIVISM IN SÃO PAULO: DYNAMICS AND CONFLICTS OF THE SUGAR-ENERGY INDUSTRY IN THE REGION OF RIBEIRÃO PRETO

*Victor Marchesin Corrêa\**

*Joelson Gonçalves de Carvalho\**

\*Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, Brazil

\*\* Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Ciências Sociais, São Carlos, SP, Brazil

### Abstract

*This research has investigated the productive dynamics of the sugarcane agribusiness and its effects on the social reproduction of peasant groups in the administrative region of Ribeirão Preto, in the interior of São Paulo, an important territory hegemonized by sugarcane, which has been the stage of several agrarian conflicts in the state. To pursue this, semi-structured interviews were conducted with representative agents for the topic at hand, as well as field visits and analysis of secondary data. Using a historical-dialectical paradigm, the aim of this article is to demonstrate that in the region in question, an intensive, predatory neoextractivist activity is located, led by the sugarcane sector which, in its production logic, disrupts and hinders peasant production and social reproduction. The conclusions indicate that, even outside frontier zones, there have been severe impacts on local peasant groups, resulting in dispossession, land concentration, and conflicts of various kinds.*

### Keywords

*Agribusiness; Sugarcane Sector; Socio-Environmental Impacts; Agrarian Issues; Rural Settlements.*

# CAMPESINATO E NEOEXTRATIVISMO EM SÃO PAULO: DINÂMICAS E CONFLITOS DA ATIVIDADE SUCROENERGÉTICA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

*Victor Marchesin Corrêa  
Joelson Gonçalves de Carvalho*

## 1. Introdução

No âmbito acadêmico, o neoextrativismo enquanto agenda de pesquisa se associa frequentemente a territórios de fronteira devido ao caráter insustentável da exploração dos recursos naturais, como identificado por Ye et al. (2019). Ou seja, à medida que se esgotam tais recursos se faz necessária a mobilização de novas terras para garantir a reprodução do modelo econômico. Isso é particularmente claro em relação à mineração (Santos; Milanez, 2013; Contente, 2018); para a agricultura, contudo, esse elemento é menos evidente, especialmente quando considerados territórios já plenamente antropizados. Dito isso, esse trabalho surge da identificação de uma maior dificuldade nos estudos sobre as dinâmicas neoextrativistas, a saber: sua ocorrência em áreas de estrutura fundiária estabilizada.

Procuramos analisar o contexto da Região Administrativa (RA) de Ribeirão Preto, território que contempla 25 municípios e mais de 9.300 ha de terra no norte do estado de São Paulo, sendo um dos principais polos de produção de cana-de-açúcar no Brasil. Estabelecida fora de zonas de fronteira agrícola, com uma distribuição fundiária altamente concentrada, mas em grande medida estabilizada, e com uma alta densidade populacional, é de se esperar que o impulso recente do setor sucroenergético assuma, na região, contornos particulares, dado os obstáculos para a incorporação de novas terras (Costa, 2011). Cabe salientar que, tal estabilidade não caracteriza ausência de conflitos ou transformações na estrutura fundiária local, mas que o status jurídico-fundiário dos estabelecimentos agropecuários da região se encontra majoritariamente definido, o que reduz a possibilidade de dinâmicas ligadas à contestação de patrimônio, grilagem de terras e expulsão de posseiros.

Partimos do pressuposto de que, na região estudada, uma série de fatores técnicos limita, ainda que não inviabilize, a expansão territorial da cultura canavieira. Em especial, trata-se de uma atividade com alto grau de imobilização de capital, devido à construção de unidades fabris de processamento, ao que se somam os altos custos de corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar que restringem o raio de distância em que a matéria-prima pode ser produzida em relação à usina (Pinheiro, 2015), tornando esta cultura pouco propícia para ensejar avanços da fronteira agrícola.<sup>1</sup> Todavia, em que pese o fato de a cultura canavieira não produzir de imediato novos desmatamentos, “as frentes de expansão do agronegócio monocultor se entrelaçam e se deslocam mutuamente, pressionando o alargamento da exploração territorial e o desmatamento de zonas situadas na fronteira agrícola” (Assis, 2014, p. 410).

Assim, este artigo tem como objetivo analisar os impactos da atividade canavieira na reprodução de grupos camponeses assentados na RA de Ribeirão Preto. Buscamos demonstrar que no interior de São Paulo, estado mais industrializado e mais urbanizado do país, se localiza uma intensiva e predatória atividade neoextrativista protagonizada pelo setor sucroenergético, que, em função de sua dinâmica, tem desorganizado e dificultado a reprodução social camponesa, e protagonizado conflitos com movimentos sociais de luta pela terra.

É justamente na relação com a terra que reside, fundamentalmente, a condição camponesa, marcada por uma enorme diversidade de modos de vida e organização social. Na região, aqui estudada, ela tem se ancorado na presença de famílias assentadas beneficiárias de políticas públicas de redistribuição fundiária. São as condições de reprodução destas famílias que trataremos de analisar no presente trabalho, entendendo suas práticas enquanto vetor de resistência ao avanço do agronegócio canavieiro.

Cabe adiantar que, para além de seus contornos específicos, a agroindústria canavieira, assim como outras atividades que compõem a produção intensiva de *commodities* agrícolas, converge com a lógica das atividades denominadas neoextrativistas que, no bojo da reprodução ampliada de capital, trazem consigo significativos impactos socioambientais, tais como perda de biodiversidade, contaminação de rios e solos, conflitos territoriais, deslocamento de comunidades tradicionais e, entre outros, coerção e violência para com as populações mais vulneráveis. Partimos da hipótese que este seja o caso da região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, onde a hegemonia territorial da cana-de-açúcar tem efeitos

---

1. “Para responder com alta produtividade, a cana-de-açúcar requer solos corrigidos e equilibrados, daí não se adaptando à condição de cultura pioneira” (Silva; França; Oyamada, 2014, p. 75).

diretos no acesso a postos de trabalho e nas condições de produção da agricultura familiar e camponesa.

Para além desta introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em quatro seções. Na seção dois apresentamos mediações teóricas que contribuem para sustentar a argumentação de que o agronegócio sucroenergético ilustra um tipo específico de neoextrativismo e, portanto, com impactos muito particulares. A seção três é dedicada à apresentação mais geral dos procedimentos metodológicos. As seções quatro e cinco se dedicam, respectivamente, a apresentar a dinâmica socioterritorial do setor sucroenergético e seus impactos sobre os camponeses da região de Ribeirão Preto.

## 2. Agronegócio e neoextrativismo: mediações teóricas

Sabe-se que o capitalismo não avança uniformemente pelos territórios. Marx (2011) denominou de acumulação primitiva, o processo caracterizado pela expropriação violenta de camponeses e a criação de uma classe trabalhadora vulnerável e despossuída. Essa concepção ganhou uma importante contribuição do trabalho de Rosa Luxemburgo (1984) que ajudou a demonstrar que a contínua expansão do capitalismo, tende a tornar contínua também a expropriação e a violência. Com seu conceito de acumulação por espoliação, David Harvey (2004) amplia a compreensão da acumulação primitiva, argumentando que, mesmo nas fases posteriores do capitalismo, a espoliação e a expropriação continuam a desempenhar um papel fundamental na manutenção e expansão do sistema. Aqui reside uma chave analítica central para pensar as atividades neoextrativistas.

As perspectivas de Luxemburgo e Harvey desvelam como a busca incessante por acumulação de capital pode alimentar práticas hoje chamadas de neoextrativistas, onde as atividades de exploração de recursos naturais são acompanhadas por processos de espoliação, deslocamento de comunidades tradicionais e impactos ambientais significativos. A compreensão dessas conexões históricas e conceituais é fundamental para analisar as dinâmicas complexas que envolvem o desenvolvimento capitalista contemporâneo, notadamente em países como o Brasil.

O neoextrativismo caracteriza-se, segundo Acselrad et al. (2021, p. 168), como um “modelo de desenvolvimento capitalista fundado na exploração de recursos naturais através de redes produtivas pouco diversificadas e voltadas à exportação de *commodities*”. Sua principal característica, segundo Ye et al. (2019), é a não reprodução dos recursos naturais explorados, o que frequentemente resulta, entre outros impactos, em esgotamento do solo, destruição de paisagens e da biodiversidade, aumento da poluição e deslocamento de populações locais.

No Brasil, a exploração da terra e da natureza se conformou a partir de um processo de reafirmação da plantation. Se antes o país tinha como foco dinâmico

de sua economia a produção de monoculturas em grandes extensões de terras, com trabalho escravo e produção destinada, quase exclusivamente, ao mercado internacional, agora o que se assiste é a produção de *commodities* com elevado grau de exploração da terra, dos recursos naturais e dos trabalhadores, características essas inseparáveis do agronegócio no país (Carvalho; Molina; Cunha, 2021).

Partindo do pressuposto que o agronegócio é o resultado de uma associação entre o grande capital agroindustrial, o capital financeiro e a grande propriedade, ele é hoje o ator político e econômico mais relevante para se entender a reversão neocolonial ou neoextrativista no Brasil. A historicidade dessa conformação contemporânea se torna mais evidente quando da modernização técnica da agricultura e sua integração com a indústria, em especial, de insumos e de máquinas. Esses blocos de capital serão estruturantes ao que vai ser chamado, décadas depois, de agronegócio. Delgado e Leite (2022) sustentam que é impossível analisar o atual contexto rural brasileiro sem considerar a influência do capital financeiro e do processo de financeirização da agricultura. No mesmo sentido, os estudos de Delgado (2005; 2012) demonstram que a associação entre capital financeiro e latifúndio no arranjo da economia política contemporânea tem engendrado uma dinâmica de superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais, com impactos sentidos nos âmbitos econômico, ambiental e social. No que se refere ao agronegócio sucroenergético, particularmente no caso paulista, pode se observar a entrada de grandes corporações transnacionais, em especial dos ramos petrolífero e alimentício. Além disso, como analisado por Corrêa (2020; 2023), há que se considerar também a presença de fundos de pensão que entraram no setor a partir da abertura de capital de empresas nacionais.

Assim, a partir da crítica aos impactos negativos do agronegócio, a defesa de práticas produtivas agrícolas associadas à preservação do meio ambiente, à valorização das economias locais e da cultura camponesa resulta das experiências de resistência mais recentes dos movimentos sociais em luta pela terra e por reforma agrária. Em aparente paradoxo, essas lutas se dão em um contexto no qual o mesmo ator que protagoniza a acumulação primitiva se apropria do discurso crítico sob a forma de “responsabilidade ambiental” (Lopes, 2006). Ou seja, a questão ambiental ao ser incorporada por trabalhadores e populações atingidas, também o foi por setores do agronegócio, no repertório de seus interesses e reivindicações (Lopes, 2006).

Diante desse cenário, os movimentos sociais têm buscado defender seus territórios, desde a perspectiva tradicional da “luta pela terra”, ampliando-a para a “luta na terra”, em defesa da justiça ambiental. Ou seja, movimentos que tradicionalmente agiam e se mobilizavam pela questão da terra, passam a atuar em frentes ambientais de proteção da natureza e retomada de seus projetos de vida nestes territórios (Escobar, 2005).

Nessa investida, esses movimentos estão se constituindo como atores que definem novas territorialidades, novas práticas e relações sociais, disputando narrativas e repensando a apropriação da diversidade biológica. O debate sobre a biodiversidade, como afirma Escobar (1998), é relativamente recente entre as estratégias dos movimentos sociais que, segundo este autor, constroem a natureza de maneira diferente das formas hegemônicas; portanto, atribuem significados diferenciados e fazem usos diferenciados do termo. Entender isso é fundamental para a compreensão mais ampla das dinâmicas atuais dos movimentos sociais que se ressignificam e lutam por permanência no campo, identidade e cultura.

A longa tradição marxista de estudos rurais tem por fundamento o foco na penetração e avanço das relações capitalistas no campo e seus consequentes desdobramentos para as populações tradicionais do mundo rural e suas formas de vida e reprodução social. De maneira geral, é dentro desse quadro analítico que esta pesquisa se insere. No entanto, o século XXI trouxe particularidades ao desenvolvimento das relações capitalistas no campo, ensejadas por transformações na dinâmica de reprodução ampliada do capital, em especial nos países latino-americanos, que alavancaram um modelo primário-exportador de inserção internacional pautado na expansão de megaprojetos agrícolas e mineradores (Delgado, 2012).

Essa nova ordem econômica foi impulsionada economicamente pelo boom dos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais. Todavia, é devido à concepção dos agentes políticos e econômicos, acerca do papel de fornecedores de bens primários das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho, que Maristella Svampa (2013) a designa por “consenso das *commodities*”, fazendo referência à aceitação tácita – ainda que cada dia mais explícita – do caráter inevitável deste tipo de inserção, dada a crescente demanda global por produtos primários (Svampa, 2013).

A busca pela exploração de vantagens comparativas na América Latina tem ratificado um modelo de desenvolvimento neoextrativista cujo impacto nos territórios, nos recursos naturais e nas populações rurais é significativo.

El neoextractivismo instala una dinámica vertical que irrumpe en los territorios y a su paso va desestructurando economías regionales, destruyendo biodiversidad y profundizando de modo peligroso el proceso de acaparamiento de tierras, al expulsar o desplazar a comunidades rurales, campesinas o indígenas, y violentando procesos de decisión ciudadana. (Svampa, 2013, p. 34)

Essas novas configurações assumem contornos políticos, uma vez que a máquina pública tem sido mobilizada para suprimir a participação cidadã de populações afetadas por empreendimentos extrativistas, fazendo convergir os desígnios

de tal projeto com práticas autoritárias, numa investida agressiva sobre territórios camponeses, indígenas e quilombolas em acelerados processos de despossessão (Acselrad et al., 2021). Como ilustração, cabe mencionar as pressões, operadas no interior do Estado, para alterar regulamentos e legislações (fundiárias, trabalhistas e ambientais) com seus consequentes riscos às populações rurais, uma vez que “desregular normas ambientais e liberar atividades predatórias implica em favorecer a expropriação de grupos sociais cuja reprodução material e imaterial depende do acesso à terra, à água e demais recursos naturais” (Acselrad et al., 2021, p. 170-171).

Para além dos empreendimentos extrativistas no sentido convencional, a exemplo da mineração, o neoextrativismo contempla também aqueles ligados ao sistema agroalimentar corporativo, como a produção de *commodities* agrícolas e agrocombustíveis (Svampa, 2013). No que tange ao setor sucroenergético, seus efeitos concretos são típicos da dinâmica ampliada assim considerada e resultam em desestruturação das economias familiares das populações rurais, aumento da concentração fundiária e baixa diversificação da economia agrícola regional, com consequente dependência da produção canavieira.

As populações rurais, por sua vez, remetem a uma ampla diversidade de contextos, práticas culturais e relações sociais, que variam no tempo e no espaço. Essa diversidade foi, aqui, incorporada ao conceito de campesinato enquanto uma categoria analítica operacionalizável, tal como expresso na literatura que, em sua diversidade, associa o camponês à existência de uma economia familiar (Chayanov, 1974; Shanin, 2008), em estreita relação com a terra enquanto ambiente de vida e trabalho (Girardi, 2008; Welch et al., 2009), características estas presentes entre os sujeitos beneficiários de programas de redistribuição fundiária que serão aqui objeto de nossa observação.

### 3. Método e procedimentos metodológicos

A análise aqui empreendida busca compreender os fenômenos sociais como processos em transformação, em que contradições e conflitos entre diferentes forças são fundamentais para a reprodução e a mudança das estruturas sociais. Foram, para tanto, reunidos dados secundários, notadamente do Censo Agropecuário e da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) sobre ocupação de mão-de-obra no meio rural. Procurou-se entender as transformações observadas no contexto rural regional, com o avanço da cultura canavieira e a redefinição da estrutura fundiária e produtiva da RA de Ribeirão Preto.

O estudo se valeu também de entrevistas em profundidade, com aplicação de roteiros semiestruturados para a coleta de dados primários, de maneira a identificar a percepção camponesa sobre suas próprias experiências de vida e trabalho no interior de um território hegemônico pela agroindústria canavieira, bem como, sobre os conflitos presentes no território.

Na diversidade do campesinato enquanto categoria analítica, foram selecionados, para os fins da pesquisa de campo, assentados rurais, identificados como principais sujeitos sociais em resistência ao agronegócio na trama da questão agrária regional. Cinco assentamentos foram identificados na RA de Ribeirão Preto, sendo dois estaduais e três federais – fator este relevante para os desdobramentos da pesquisa, como será evidenciado posteriormente. Foram realizadas 11 entrevistas com o objetivo de investigar os impactos percebidos da atividade canavieira na vida do assentamento, assim como na trajetória das famílias assentadas e suas estratégias de reprodução social. Também foram realizadas três entrevistas com representantes das usinas da região, a fim de identificar as especificidades do desenvolvimento setorial no território estudado nos últimos dez anos, assim como sua relação com trabalhadores.

Todas as demais unidades agroindustriais da área em estudo foram contactadas para a pesquisa, mas não responderam ou se recusaram a participar. A pesquisa de campo foi realizada ao longo do ano de 2022, ao passo que a coleta e análise dos dados secundários se iniciou no segundo semestre de 2021. Por meio do trabalho empreendido foi possível caracterizar e analisar a dinâmica socioterritorial do setor sucroenergético na região ribeirão-pretana, compreender elementos determinantes da condição camponesa local, assim como alguns dos significativos impactos da produção de cana sobre a organização de produção e a vida dos sujeitos sociais estudados.

#### 4. Dinâmica socioterritorial do setor sucroenergético na RA de Ribeirão Preto

A expansão da cana-de-açúcar para a região de Ribeirão Preto contou com o apoio do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), ainda na década de 1970, no bojo das políticas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), favorecendo a consolidação da modernização agrícola da região a montante e a jusante do setor sucroenergético. A partir da década de 1980, essa expansão é estimulada pelo Programa de Expansão da Canavieira para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (Procana) (Carvalho, 2011).

Na década de 1990, marcada pela intensificação do processo de globalização e de ajuste estrutural neoliberal, impôs-se uma abertura comercial que fragilizou a produção interna de gêneros ligados à agricultura de base familiar e camponesa.

Por outro lado, favoreceu-se o agronegócio produtor de *commodities*, sustentado no tripé monocultura-latifúndio-exportação. Nesta dinâmica, a cana-de-açúcar se transformou em um dos principais produtos agrícolas no estado de São Paulo e na RA de Ribeirão Preto, fato reiterado nas décadas seguintes. Nos anos 2000, a internacionalização e financeirização do setor sucroenergético, analisada em Benetti (2008) e Corrêa (2020), alteram também a dinâmica regional, com a entrada de grupos internacionais – como o Grupo francês Tereos – e a abertura de capital dos principais grupos atuantes na região, como Cosan e São Martinho, o que injetou significativo montante de recursos no complexo canavieiro local e alavancou o crescimento de sua atividade.

A relativa estabilidade da área plantada com cana-de-açúcar no período 2000-2020 indica um processo de consolidação da cultura canavieira. No início dos anos 2000, a cana já ocupava a maior parte de área agricultável da região, mantendo-se estável na casa dos 1.300.000 ha, desde 2009, como se pode observar nos dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM), apresentados no gráfico acima. Não obstante, de acordo com dados da Fundação Seade, com essa área plantada, a cana-de-açúcar representava, para o ano de 2020, 68,2% de toda a área agricultável e 68,5% de todo o Valor da Produção Agropecuária (VPA) da região. Subtraindo-se a área destinada a pastagens, a área plantada de cana atinge mais de 90% de ocupação agrícola da região (Seade, 2023).

Segundo o Gráfico 1, o crescimento relativamente baixo da produção canavieira na região ribeirão-pretana, quando comparado ao conjunto do estado de São Paulo, representa algo em torno de 400 mil hectares de terras incorporadas por esta lavoura entre os anos de 2003 e 2013. Considerando a não existência de terras desocupadas na região para encampar esse crescimento, o avanço da cana teria se dado, sobretudo, a partir da supressão de outras atividades agropecuárias.

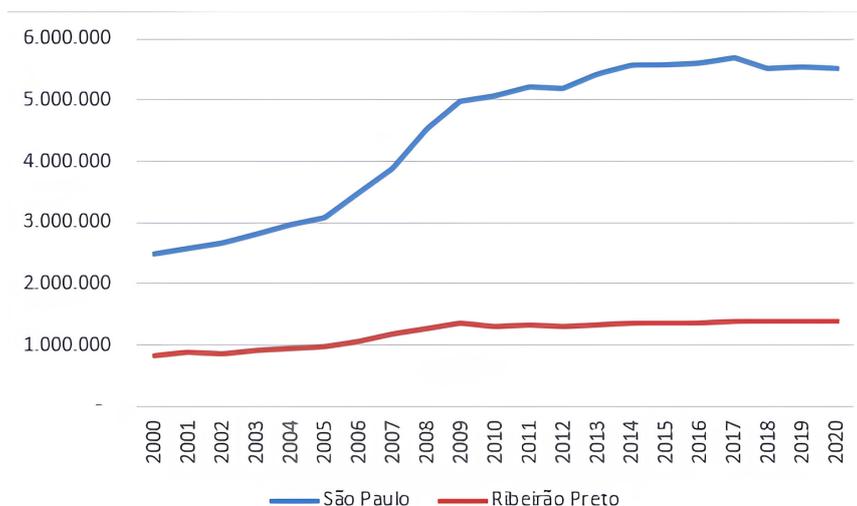


Gráfico 1. Área plantada com cana-de-açúcar (em ha) na Região Administrativa de Ribeirão Preto e no estado de São Paulo, 2000-2020

Fonte: PAM-IBGE, 2022.

Em parte, a análise dessa expansão deve considerar as áreas ocupadas pela pecuária e o avanço da cana-de-açúcar sobre as pastagens da região. Os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), realizada pelo IBGE anualmente, não identifica o tamanho das áreas de pasto, entretanto, é possível verificar uma redução significativa no tamanho do rebanho bovino existente na região de Ribeirão Preto, da ordem de 60% entre os anos de 1990 e 2022. Pelos dados dos Censos Agropecuários, entre 2006 e 2017, a RA de Ribeirão Preto perdeu, aproximadamente, 23% de áreas destinadas a pastagens, algo em torno de 20 mil hectares.<sup>2</sup> Isso indica uma reestruturação do patronato rural local e de sua atividade econômica, cujo resultado é uma menor diversificação da economia agrária da região, intensificando a dependência econômica da atividade canavieira. Tal processo é uma característica típica de áreas dominadas por empreendimentos neoextrativistas, devido às pressões pela monopolização dos recursos naturais e pela desestruturação das demais atividades econômicas.

Ainda segundo o Gráfico 1, o crescimento relativamente baixo da produção canavieira na região ribeirão-pretana representa um movimento inversamente proporcional ao da produção de arroz e feijão na mesma região, que teve sua área de plantio reduzida, no mesmo período, em 98% e 58%, respectivamente. Embora estas culturas agrícolas sejam historicamente ligadas à agricultura familiar e

2. Os dados apresentados foram obtidos a partir da somatória dos dados individuais de todos os municípios da região, já que alguns dados agregados não são disponibilizados no Censo Agropecuário em função de sigilo estatístico no caso de haver três ou menos estabelecimentos agropecuários para a informação buscada.

camponesa, ao analisar os dados dos estratos de tamanho dos estabelecimentos agropecuários em nível municipal, o avanço da cana-de-açúcar sobre outras culturas sugere, uma vez mais, um movimento de reconfiguração do setor rural patronal. Os estabelecimentos com até 100 hectares representam, de acordo com o último censo, aproximadamente, 85% do total de estabelecimentos agropecuários, no entanto, eles possuem apenas 21% da área total. Já os estabelecimentos com tamanhos entre 100 e 1.000 hectares compreendem 13% do número de estabelecimentos, mas detêm 43,4% da área. Impressiona que os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais representem menos de 2% do total, mas detêm uma parcela significativa da área, correspondendo a 35% (IBGE, 2019). Esses dados, que também são afetados pelo critério de sigilo estatístico do IBGE, indicam que, além da concentração fundiária, há uma concentração do controle produtivo na agropecuária por grandes estabelecimentos com evidente gestão empresarial, seja para produtos típicos do agronegócio, como a cana, seja para outros, como o feijão, por exemplo.

A competição entre culturas pode explicar a redução da produção de bens alimentícios tipicamente camponeses para os casos em que estas terras se encontrem aptas à captura através do mercado de terras, via compra ou arrendamento. Um dos representantes dos grupos empresariais sucroenergéticos entrevistado salientou o cenário de saturação e intensa concorrência por terras e matéria-prima por parte das empresas do complexo. Isto não se aplica, entretanto, à parte da população assentada em programas de reforma agrária, notadamente os federais.

Esse movimento impulsiona um processo de introjeção tecnológica com vistas a elevar a produtividade agrícola e industrial do complexo canavieiro regional e fazer frente aos altos custos de arrendamento. O alto grau de mecanização e automação dos processos produtivos é uma característica fundamental da atividade canavieira na região, com impactos diretos na absorção da mão-de-obra rural e urbana. Contudo, esse mesmo representante aponta que as unidades processadoras de cana-de-açúcar na região operam com alta capacidade ociosa, indicando que tal estratégia encontra limites na capacidade de moagem das usinas, fazendo permanecer a pressão pela incorporação de novas terras agrícolas

Esse domínio do setor sucroenergético se reflete na intensa disputa territorial regional, o que inclui conflitos associados ao avanço da cana-de-açúcar sobre franjas urbanas e áreas públicas protegidas. Isso pôde ser constatado em pesquisa de campo, realizada no município de Jardinópolis, onde os canaviais do Grupo Balbo avançaram sobre áreas públicas de encosta de ferrovia, onde é proibida a implantação de empreendimentos agrícolas. Essa mesma área é reivindicada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e pela União dos Movimentos de Moradia (UMM) que, juntos, instalaram ali o acampamento Campo

e Cidade Paulo Botelho, mostrando estar a condição camponesa espremida entre o asfalto da SP-351 e o avanço ilegal dos canaviais até os trilhos da ferrovia.

Os dados do censo agropecuário de 2017 evidenciam uma estrutura agrária altamente concentrada no território analisado, com os estabelecimentos rurais com mais de 1000 ha ocupando 68% da área agrícola, mesmo representando apenas 3,52% do total de estabelecimentos. Por outro lado, os estabelecimentos agropecuários com até 50 ha somam 79,9% dos estabelecimentos totais da região, mas detém, apenas, 6,44% do território (IBGE, 2019).

No que se refere à ocupação de mão-de-obra, é inequívoca a existência de estrangulamentos para sua incorporação a atividades agrícolas, considerando o contexto de concentração fundiária e de culturas com alta intensividade de capital na região. O progresso científico-tecnológico alterou a quantidade de trabalho empregado em proporção aos investimentos em capital. Os dados da Fundação Seade (2023) mostram uma queda vertiginosa na participação da atividade agrícola na ocupação dos trabalhadores da região, mantendo-se abaixo da casa dos 6% durante todo o século XXI, como se pode verificar no Gráfico 2.

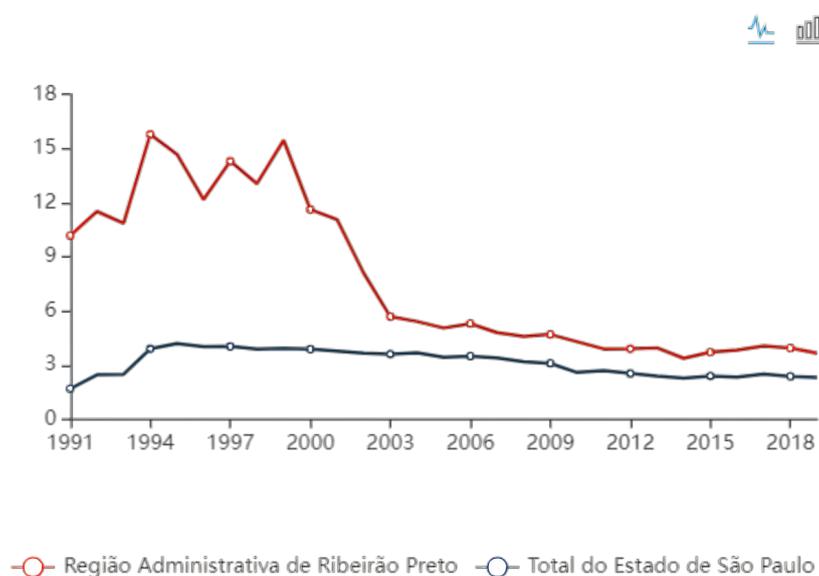


Gráfico 2. Participação relativa dos empregos formais da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura no total de empregos formais na RA de Ribeirão Preto, 1991-2019

Fonte: Fundação Seade, 2023.

O impulso da mecanização da atividade de corte da cana-de-açúcar se deu no bojo da construção do etanol enquanto solução energética à queima de combustível fóssil, com a possibilidade de eliminação das queimadas. Inserido no debate internacional sobre as mudanças climáticas, o Protocolo Agroambiental de 2007 da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sima, 2017),

que previa a substituição do corte manual da cana pelo corte mecanizado, assinado por ampla maioria das empresas do setor sucroenergético no estado de São Paulo, reduziu drasticamente o trabalho humano na colheita, sem, contudo, dar alternativas aos que perderam seus empregos (Baccarin, 2016).

Dois dos três entrevistados do empresarial destacam a proatividade das usinas em acelerar o processo de mecanização, realizando-o antes dos prazos estabelecidos pelo protocolo, na tentativa de melhorar a imagem do setor enquanto atividade ambientalmente responsável. Os entrevistados reiteram o comprometimento de suas empresas com as disposições do Código Florestal e demais leis e regulamentações ambientais, ainda que, como mostraremos a seguir, suas atividades tenham gerado significativos impactos ambientais negativos. A construção da narrativa de responsabilidade ambiental do setor exprime um processo de ambientalização dos conflitos, analisado por Lopes (2006) como fenômeno que informa as transformações nas estratégias corporativas e na busca de construção da legitimidade em certos mercados face às preocupações da questão pública ambiental e de sua agenda.

A mecanização do corte da cana culminou na quase eliminação da queima de canaviais, provocando, em contrapartida, um processo de demissão em massa de trabalhadores rurais, mais intenso entre os de baixa qualificação, os próprios cortadores de cana (Baccarin; Gebara; Borges, 2011). A ampliação da utilização de colhedeiças mecânicas foi nítida: de 753 unidades passaram para mais de 3000 no estado de São Paulo, segundo dados do relatório Etanol Verde (2017). O resultado foi uma intensificação da exploração da mão-de-obra agrícola na atividade canavieira, o que acarretou uma reorganização das relações de trabalho com potencial aumento na concentração de renda regional e na drenagem de recursos locais, diante de um regime de apropriação cada vez mais internacionalizado em decorrência da financeirização dessas atividades. Isso ratifica os impactos sociais negativos da dinâmica neoextrativista identificados por Burchardt e Dietz (2014), que alertam para a desestruturação de mercados de trabalho e de consumo nacionais em prol de um modelo de desenvolvimento baseado na comodificação da natureza.

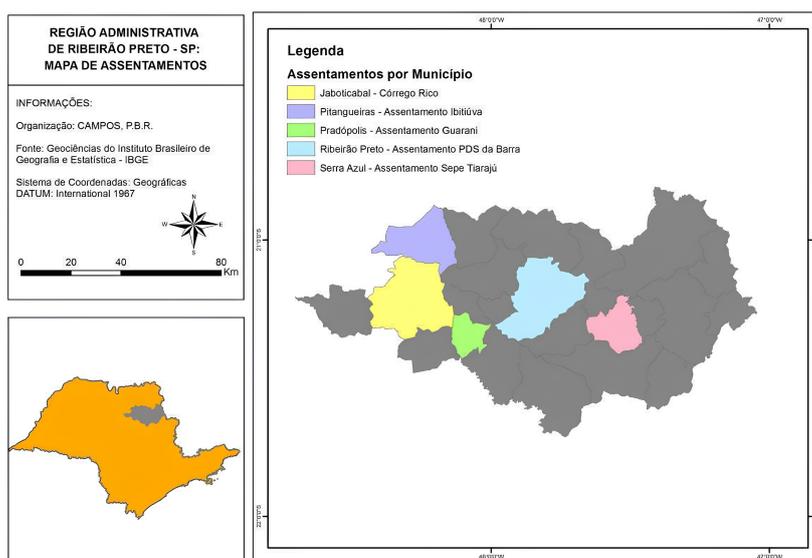
Comparando o pessoal ocupado nas atividades agrícolas na RA de Ribeirão Preto entre os censos agropecuários de 2006 e 2017, houve uma redução de 14.870 trabalhadores rurais, configurando uma queda de 33,2%, em apenas 11 anos. Mesmo entre os ocupados com grau de parentesco com o proprietário da terra (elemento característico da agricultura familiar) houve redução drástica, passando de 10.166 trabalhadores em 2006 para apenas 5.944 em 2017, uma redução da ordem de 42% (IBGE, 2019).

A análise conjunta das informações indica que, ao lado da concentração fundiária, há avanço da cultura canavieira sobre áreas antes ocupadas pela agricultura familiar e camponesa. Frente à hegemonização do setor sucroenergético na

ocupação da área agricultável, inclusive sobre áreas de agricultura familiar e camponesa, as possibilidades de ocupação de mão-de-obra em atividades agrícolas na região são residuais e o fortalecimento do agronegócio típico da região se dá pari passu ao aumento das dificuldades da reprodução social camponesa.

##### 5. Condição camponesa diante da hegemonia do agronegócio: reflexões a partir da RA de Ribeirão Preto

Em que pese a região de Ribeirão Preto ter forte dinâmica agroindustrial ligada ao setor sucroenergético, há uma população significativa residindo e trabalhando no meio rural. Considerando apenas as famílias beneficiárias dos programas de redistribuição fundiária, tratam-se de, aproximadamente, 900 famílias abrigadas em cinco assentamentos rurais (Mapa 1). Desses cinco projetos três deles são frutos de uma política estadual de redistribuição fundiária e foram estabelecidos sob a responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), enquanto os outros dois são do âmbito federal e estão sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).<sup>3</sup>



Mapa 1. RA de Ribeirão Preto e a localização dos municípios com assentamentos

Fonte: Carvalho, 2011.

3. O Incra é uma autarquia federal com o objetivo de realizar a reforma agrária no Brasil além de administrar as terras públicas do país e tem, dentro de suas prerrogativas, a responsabilidade de recuperar infraestruturas dos assentamentos e ações de fiscalização e correção do passivo ambiental brasileiro. Já a Fundação Itesp é a entidade responsável por planejar e executar as políticas agrárias e fundiárias do Estado de São Paulo e pelo reconhecimento das Comunidades Quilombolas. Cabe adiantar que existem conflitos institucionais entre Itesp e Incra sobre a atual responsabilidade dos assentamentos estaduais que, por questão de foco deste artigo, não serão tratados aqui.

Os assentamentos estaduais<sup>4</sup> têm em comum o fato de terem sido instalados em antigas áreas de hortos florestais e que, quando se destinaram à redistribuição fundiária, estavam sob administração do governo do estado de São Paulo. Os projetos federais também apresentam uma importante característica comum: ambos são Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e, em função disso, devem ser norteados por princípios como associativismo, agroecologia e com regras mais rígidas no que se refere às normas ambientais.

Os assentamentos PDS da Barra e PDS Sepé Tiaraju foram constituídos em territórios antes utilizados para a produção de cana-de-açúcar, o que implica em um contexto muito particular de constituição de comunidades rurais em áreas degradadas pela atividade canavieira. Isso leva a que se reflita não apenas sobre o avanço do agronegócio em terras camponesas, mas sobre as condições que viabilizaram o avanço da reforma agrária em territórios hegemonzados pela cultura da cana-de-açúcar.

A criação do PDS da Barra, em 2004, foi um marco para a reforma agrária brasileira, uma vez que a sua desapropriação foi a primeira em todo o país que se deu pelo não-cumprimento da função social da propriedade rural no que se refere à utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente. A fazenda se localiza em uma área de recarga do aquífero Guarani, antes destinada à produção de cana-de-açúcar, sem nenhum controle ou mecanismo de mitigação dos danos causados ao ambiente (Carvalho, 2011). A regularização do assentamento se firmou com o compromisso institucional de desenvolver uma produção ecologicamente sustentável de alimentos saudáveis, pautada em princípios agroecológicos, em uma terra que sofria com a paulatina perda de sua biodiversidade e dinamismo ecológico.

Do mesmo modo, o PDS Sepé Tiaraju foi estabelecido na área de uma antiga fazenda de cana-de-açúcar, de propriedade da Usina Nova União (hoje desativada), que havia sido desapropriada pelo governo de São Paulo por conta de dívidas trabalhistas e outros passivos fiscais (Carvalho, 2011). Com isso, teve-se a materialização de um modelo diferente de ocupação da terra e desenvolvimento rural, que assume para si o papel de mitigar os efeitos climáticos e ambientais da atividade canavieira, inserindo de maneira contundente a questão ambiental no panorama dos conflitos agrários.

A estruturação dos assentamentos em pauta apresentou obstáculos decorrentes do progresso cultivo de cana. Em pesquisa de campo, moradores do PDS da Barra relatam como o processo de extração dos tocos da cana-de-açúcar

---

4. Para uma caracterização e detalhamento dos assentamentos aqui mencionados, recomenda-se a leitura de Carvalho (2011).

(procedimento geralmente realizado com ajuda de maquinário) teve de ser feito manualmente pelos próprios assentados, apenas com a utilização de enxadas, uma vez que, sem isso, teria sido inviável o início da produção de alimentos nos lotes.

Essa produção de alimentos também foi prejudicada pela escassez de água no assentamento, haja vista que, segundo os assentados, pelo menos duas nascentes d'água foram assoreadas devido ao cultivo canavieiro. No que se refere à qualidade do solo, os relatos indicaram que, no início, era baixa, em função do esgotamento de seus nutrientes, o que colocava em xeque a construção de um sistema de produção de tipo orgânico. Segundo um assentado: “produzir agroecológico sem usar agroquímico é um grande desafio. Então no primeiro ano produziu razoável; no segundo ano produção bem menor, no terceiro ano, nada. Não compensava muito, a terra muito fraca”. (Assentado 1 do PDS da Barra, 58 anos).

Corrigir e balancear solos, bem como recuperar a biodiversidade, é tão mais oneroso e demorado quanto maior o estado de degradação da área, especialmente considerando a impossibilidade de utilização de fertilizantes químicos. Em sendo um PDS, a exigência de se usar práticas e insumos ambientalmente sustentáveis e diferenciados, implica em um processo complexo e, muitas vezes, caro, que se agrava na medida em que há evidentes dificuldades de acesso a políticas de financiamento por parte das famílias assentadas. Estas dificuldades também caracterizaram a trajetória do PDS Sepé Tiaraju. Lá houve dificuldades em acessar as linhas de crédito destinadas à estruturação dos assentamentos, o que recaiu diretamente na dificuldade de recuperar a área da degradação imposta pelo passivo canavieiro.

Não obstante a condição do solo, todos os assentados entrevistados apontaram dificuldades relacionadas a eventos climáticos extremos, como geadas e períodos excessivamente longos de seca, eventos estes que os próprios camponeses atribuem à perda da biodiversidade e da cobertura florestal regional devido ao avanço dos canaviais.

A substituição da antiga produção canavieira por práticas agroecológicas marca, acima de tudo, a adoção de lógicas distintas de uso e ocupação do território. Uma vez que o processo de constituição dos PDSs tenha sido marcado por um forte componente ambiental, as lutas por permanência e resistência, após a regularização fundiária do território, protagonizadas pela população camponesa, assumem também um forte componente ambiental. Tal elemento remete ao giro ecoterritorial dos movimentos sociais locais, identificado por Svampa (2013) como o movimento de valorização dos sujeitos contra-hegemônicos, de seus modos de vida e produção como vetores legítimos de um modelo de desenvolvimento alternativo e sustentável. Nesse sentido, os aspectos ambientalmente sustentáveis do modo de vida camponês são enaltecidos em uma contraposição explícita à inserção

desses territórios nos circuitos de acumulação capitalista, em um processo semelhante ao analisado por Assis (2015) para o caso das populações camponesas e ribeirinhas no Oeste do Pará, onde coloca-se a questão ambiental no centro dos conflitos fundiários.

Todavia, a cana é uma realidade incômoda nos assentamentos, uma vez que eles estão cercados por canaviais em suas regiões limítrofes, o que pereniza conflitos, tensões e intimidações. Segundo um assentado:

Às vezes o nosso fogo daqui queima a cana deles também. Eles ficaram bravos, esse ano aqui eles ficaram bravos, mas não foi culpa nossa. A gente não sabe quem pôs o fogo. O fogo alastrou, a gente não deu conta de apagar, pulou pra lá. Aí eles veio com os caminhão deles [...]. “Já que vocês estão botando fogo, a gente vai botar fogo em vocês aí também!”, eles gritaram (Assentado 2 do PDS da Barra, 58 anos)

Os territórios limítrofes entre assentamentos e áreas de cultivo de cana são, de fato, os locais onde se concentram os eventos mais conflitantes. Como identificado por Martins (1996), os espaços de fronteira, de encontro com o outro, são palcos para a emergência de conflitos. Ainda que não se trate aqui de fronteiras no clássico sentido, identificamos a existência de fronteiras entre lógicas distintas de ocupação do território, conformando uma realidade camponesa ilhada por canaviais e modernos circuitos de organização capitalista do espaço. Para além do fogo (que surge tanto de um lado quanto de outro e impacta a vizinhança), há também, segundo diversas entrevistas, os impactos do processo de deriva, por conta da pulverização aérea de agrotóxicos nos canaviais, que causa danos tais como a morte de galinhas e outros animais, colocando em risco a produção de base agroecológica.<sup>5</sup>

No que se refere às experiências estaduais de redistribuição fundiária, em que pese o aumento mais recente do número de famílias camponesas interessadas na implantação de sistemas produtivos mais sustentáveis, incluindo-se algumas com produção e manejo agroecológico, a agricultura convencional é generalizada. Segundo Carvalho (2011), o modelo agrícola herdado da revolução verde domina as formas de produção dos assentamentos estaduais, com pouco (ainda que crescente) espaço para alternativas agroecológicas.

Não obstante, a presença do cultivo da cana-de-açúcar é registrada já há quase duas décadas em parte dos lotes destes assentamentos. Isso se deve ao fato de

---

5. A deriva é o deslocamento de substâncias químicas pulverizadas ou aplicadas em uma área agrícola, que atingem outras áreas que não foram destinadas para a aplicação. Isso pode ocorrer por diversos motivos, como o vento, a falta de manutenção e regulagem adequada dos equipamentos, entre outros.

haver uma normativa que formaliza uma “parceria” entre famílias assentadas e agroindústrias (ITESP, 2004), autorizando os beneficiários de projetos estaduais de reforma agrária a firmarem contratos de produção agrícola com empresas agroindustriais. Na RA de Ribeirão Preto, essa parceria se materializa, preferencialmente, no arrendamento de terras para a formação de canaviais.

Com a legalização do arrendamento de áreas destinadas à reforma agrária para o plantio de cana-de-açúcar, abre-se espaço para assédios e captura de assentamentos rurais, antes fora do mercado de terras. Sobre isso, conforme atestam Amim e Vergopoulos (1977), é fato que o camponês mantém a posse da terra, mas perde a autonomia sobre ela e, não raras as vezes, torna-se um vendedor de força de trabalho, levado à condição de trabalhador em domicílio. É fato que as parcerias contribuem para o aumento da renda anual das famílias; contudo, há que se considerar a ausência de políticas públicas que favoreçam os processos de produção e comercialização da produção assentada. Fato é que a presença da cana-de-açúcar nesses assentamentos gera conflitos internos e de ordem institucional nos planos estadual e federal (Carvalho, 2011).

## 6. Considerações finais

A dinâmica mais recente do setor sucroenergético na RA de Ribeirão Preto, à medida que enseja a concentração fundiária e sua hegemonia territorial, cria obstáculos à produção agrícola e a reprodução social do campesinato. A lógica da monocultura sustentada pela intensa exploração de recursos naturais, como terra e água, justifica o emprego do conceito de neoextrativismo para pensar o padrão de desenvolvimento territorial da região. Mesmo fora das mais recentes zonas de incorporação de novas terras pelo agronegócio, se considerarmos as semelhanças com os processos de acumulação por espoliação e destruição dos recursos, é possível estabelecer grande semelhança entre o agronegócio sucroenergético e as formas extrativistas de produção, colocando-o como uma manifestação do neoextrativismo no interior do estado de São Paulo.

Mesmo com estabilidade da produção canavieira na RA de Ribeirão Preto, em termos gerais, o avanço territorial do setor sucroenergético parece suprimir culturas tradicionalmente ligadas à agricultura camponesa, implicando, portanto, em impactos nas possibilidades de trabalho e renda para as populações do campo. Nem mesmo sua expansão é acompanhada pelo aumento de empregos, uma vez que, como os grandes projetos neoextrativistas, as mudanças da composição orgânica e técnica do capital ocorrem em desfavor do trabalho. Cabe ressaltar que, para a região em questão, os obstáculos à expansão horizontal da produção são compensados pela elevação da produtividade por trabalhador, intensificando a exploração

do trabalho. Ademais, como observou Assis (2014), há um entrelaçamento das frentes de expansão do agronegócio que devem ser pensadas de maneira não isolada. Assim, as estratégias de produção e acumulação do setor sucroenergético na região se refletem, dialeticamente, na negação da terra enquanto espaço de vida e de trabalho para a população rural da região de Ribeirão Preto.

O modelo de superexploração dos recursos naturais aplicado na produção canavieira produziu riscos e danos ambientais sérios tanto à terra como à água, o que, por seu turno, legitimou a desapropriação de duas grandes áreas destinadas à reforma agrária (PDS da Barra e Sepé Tiarajú). Esses assentamentos, em suas organizações socioprodutivas pautadas na agroecologia, estão em franco conflito com a lógica neoextrativista de ocupação territorial do agronegócio. Ilhados por canaviais, os PDSs da região são lugares de resistência balizados por uma cosmovisão distinta, da qual derivam outras formas de se relacionar com a terra. Não por acaso, as áreas limítrofes dos assentamentos rurais se materializam como zonas de conflito.

Com suas estratégias de reprodução social camponesa, as populações assentadas fortaleceram a implementação de sistemas agroecológicos de produção, incorporando, de modo permanente, uma forte preocupação ambiental que advoga pela incorporação de outras formas de ocupação, uso e conservação dos territórios. Assim, se distanciam das formas promovidas pela lógica neoextrativista, resultando em um antagonismo essencialmente político entre campesinato e agronegócio que dá contornos à questão agrária regional. Interessante observar que, a partir disso, os camponeses passam a disputar conceitos de “desenvolvimento” e “sustentabilidade”, bem como, formas de interpretar a agricultura e o território, o que se evidencia na fala de muitos assentados durante as atividades de campo: “a cana não é ruim, o problema é a forma como ela é produzida” (Assentado 1 do PDS da Barra, 58 anos).

Por fim, ressalta-se que a criação de assentamentos rurais fornece a condição básica de existência dos grupos camponeses, qual seja, a garantia do acesso à terra enquanto espaço de vida e de trabalho, mas não é suficiente para proteger tais grupos das inúmeras ameaças e assédios a que estão sujeitos por parte do poder econômico, político e coercitivo da agroindústria canavieira. É importante que as políticas públicas de reforma agrária considerem a diversificação produtiva como forma de garantir a sustentabilidade econômica dos assentamentos rurais. Mas, também, que elas garantam a participação dos camponeses em espaços consultivos (e quiçá deliberativos), a fim de que as decisões relacionadas ao uso da terra e dos recursos naturais possam suas incorporar opiniões e suas demandas frente aos projetos que afetam as vidas e os meios de subsistência destes mesmos camponeses.

## Referências

- ACSELRAD, H. et al. Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades eletivas. *Revista Antropolítica*, n. 53, v. 3, p. 167-194, 2021.
- ASSIS, W. F. T. As novas terras do sem-fim: expansão capitalista e acumulação primitiva no Brasil rural. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 388-417, 2014. DOI: 10.14393/RCT91723150. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23150>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- \_\_\_\_\_. No princípio era a terra: a territorialização das lutas agrárias no contexto de expansão da acumulação capitalista na Amazônia. *Revista de Antropologia*, v. 58, n. 2, p. 288-313, 2015. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2015.108575. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/108575>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BACCARIN, J. G. *A indústria abarca a cana-de-açúcar e corta rente o trabalho volante: mudanças tecnológicas recentes na lavoura canavieira e impactos na ocupação agrícola no estado de São Paulo*. 2016. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Unesp. Jaboticabal, 2016.
- BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; BORGES Jr., J. C. Expansão canavieira e ocupação formal em empresas sucroalcooleiras do Centro-Sul do Brasil, entre 2007 e 2009. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 49, n. 2, p. 493-506, 2011. DOI: 10.1590/S0103-20032011000200010.
- BENETTI, M. D. A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira. *Indicadores Econômicos*, v. 36, n. 4. Porto Alegre, 2008.
- BURCHARDT, H.; DIETZ, K. (Neo-)extractivism – a new challenge for development theory from Latin America. *Third World Quarterly*, n. 35, v. 3, p. 468-486, 2014.
- CARVALHO, J. G. *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: O caso da região administrativa de Ribeirão Preto*. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp. Campinas, 2011.
- CARVALHO, J. G.; MOLINA, W. S. L.; CUNHA, S. F. Poder econômico e extraeconômico do agro latifundiário no Brasil. *Retratos de Assentamentos*, v. 24, n. 1, p. 22-43, 2021 DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2021.v24i1.467. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/467>. Acesso em: 14 de maio de 2023.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CONTENTE, S. C. O sentido do Neoextrativismo: a relação entre o Estado, a Vale e o desenvolvimento social em Canaã dos Carajás - PA. *Revista IDEAS*, v. 12, e018005, 2018.
- COSTA, G. F. Caracterização do setor sucroalcooleiro na mesorregião de Ribeirão Preto. *Biblioteca Virtual ESALQ*, 2011. Disponível em: <https://esalqlog.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/2015/05/Caracterizacao-do-Setor-Sucroalcooleiro-na-Mesorregiao-de-Ribeirao-Preto-COSTA-G-F.pdf>

- CORRÊA, V. M. *De agroindústria à conglomerado financeiro: uma análise da nova dinâmica do setor sucroenergético a partir do caso do Grupo Cosan*. TCC (Bacharelado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, UFSCar. São Carlos, 2020.
- \_\_\_\_\_. O setor sucroenergético enquanto um campo social: uma construção teórica e conceitual a partir da abordagem político-cultural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, n. 61, v. 4, e262813, 2023. DOI: 10.1590/1806-9479.2022.262813.
- DELGADO, G. C. *Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- \_\_\_\_\_. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.) *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, p. 51-89, 2005.
- DELGADO, G. C.; LEITE, S. P. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. *Revista Rosa*, v. 6, 2022. Disponível em: <https://revistarosa.com/6/brasil200/agro-e-tudo>.
- ESCOBAR, A. Whose Knowledge, Whose Nature? Biodiversity, conservation, and the Political Ecology of Social Movements. *Journal of Political Ecology*, [s.l.], v. 5, p. 53-82, 1998. DOI:10.2458/v5i1.21397.
- \_\_\_\_\_. Depois da natureza – passos para uma Ecologia Política antiessencialista. In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Orgs.), *Políticas Públicas Ambientais Latino-americanas*. Brasília: Abaré/Flacso, pp. 17-55, 2005.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA (ITESP). *Portaria 77 de 27 de julho de 2004*. Disciplina o plantio de culturas para fins de processamento industrial nos assentamentos estaduais. Disponível em: [https://www.itesp.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/portaria\\_0772004.zip](https://www.itesp.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/portaria_0772004.zip)
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). *Ocupação de mão de obra no meio rural*. 2023. Disponível em: <https://www.seade.gov.br>. Acesso: 14 de maio de 2023.
- GIRARDI, E. P. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp. Presidente Prudente.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa de Produção Agrícola Municipal*. 2022. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>.
- LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, 2006.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. *Tempo Social*, n. 8, v. 1, p. 25-70, 1996.

- PINHEIRO, J. C. *Análise da dinâmica das áreas ocupadas pela cultura canavieira no Brasil entre 1990 e 2013: uma contribuição ao estudo do circuito espacial produtivo do setor sucroenergético*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Unicamp. Campinas, 2015.
- SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 10, n. 19, p.118-148, 2013. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1940>.
- SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org) *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SILVA, C. M; FRANÇA, M. T.; OYAMADA, G. C. O setor sucroalcooleiro brasileiro e a competitividade entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. *Cadernos de Publicações Univag*, n. 7, p. 71-91, 2014. DOI: 10.18312/cadernounivag.voi7.230.
- SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. (SIMA). *Etanol Verde: Relatório Preliminar Safra 2016/2017*. Governo de São Paulo, 2017. Disponível em [http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/2017/06/etanol-verde-relatorio-preliminar-safra-16\\_17-site.pdf](http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/2017/06/etanol-verde-relatorio-preliminar-safra-16_17-site.pdf)
- SVAMPA, M. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, v. 244, p. 30-46, 2013.
- WELCH, C. A. et al. *Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora Unesp, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- YE, J. et al. The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism. *Journal of Peasant Studies*, v. 47, n. 1, p. 155-183, 2019.

**Victor Marchesin Corrêa**

Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS), Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente, doutorando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

**Email:** victormarchesin@ufrj.br

**ORCID:** 0000-0003-4920-7734

**Contribuição de autoria:** Investigação/Pesquisa; Análise Formal; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

**Joelson Gonçalves de Carvalho**

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas (UFSCar).

**Email:** joelson@ufscar.br

**ORCID:** 0000-0003-4894-1400

**Contribuição de autoria:** Conceituação; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

**Submissão:** 15 de maio de 2023.

**Aprovação:** 4 de outubro de 2023.

**Como citar:** CORRÊA. V.; CARVALHO, J. G. Campesinato e neoextrativismo em São Paulo: dinâmicas e conflitos da atividade sucroenergética na região de Ribeirão Preto. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 26, E202418pt, 2024. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202418pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY)

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>